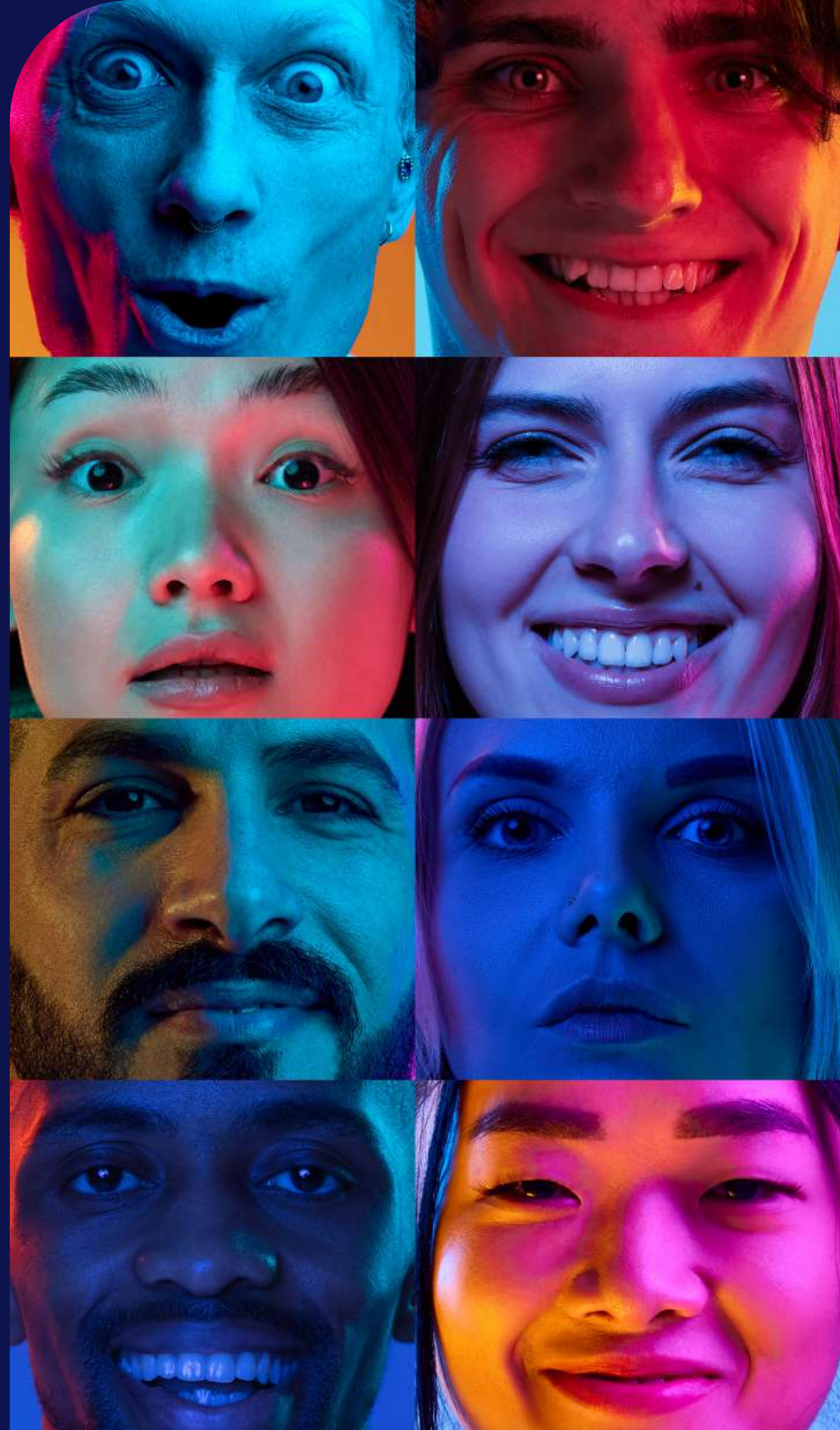


GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em Direito Penal Econômico e Empresarial





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Direito Penal Econômico e Empresarial	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	12
Diferenciais tecnológicos	13
Ingresso	14

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas com alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 6 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Bruno Galvão
Coordenador

Mestre em Direito Processual. Assessor de desembargador lotado na 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Professor universitário do curso de bacharelado em Direito há mais de 15 anos. Professor convidado da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE) e do Instituto de Magistrados do Nordeste (IMN). Coordenador dos cursos de pós-graduação da Escola Superior da Advocacia de Pernambuco (2011-2014). Professor convidado de diversos cursos de pós-graduação.

DIREITO PENAL ECONÔMICO E EMPRESARIAL



A gestão estatal da economia visa, por meio do Direito Penal Econômico e Empresarial, não apenas tutelar a preservação da ordem econômica, mas também proteger a confiança da sociedade, já que essa nova criminalidade se instala nas esferas de poder. Nesse contexto, é preciso que o profissional do Direito esteja familiarizado com os novos mecanismos da Justiça Negocial, como o acordo de não persecução penal, a colaboração premiada e o acordo de leniência. Assim, o estudo e a compreensão do Direito Penal Econômico e Empresarial é vital para aqueles que atuam ou pretendem atuar no ambiente corporativo e empresarial.

DESTAQUES DO CURSO

Demonstrar e discutir as normas e princípios penais aplicáveis ao âmbito corporativo.

Distinguir e analisar os institutos da justiça negocial e da investigação interna, bem como os contributos do *compliance* penal, refletindo sobre sua aplicação.

Desenvolver habilidades na compreensão do Direito Econômico, com o intuito de aprimorar os conhecimentos sobre as estruturas societárias e os crimes cometidos no ambiente empresarial e virtual.

Criar um ambiente aproximado entre a teoria, a prática penal e as estruturas administrativas.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, docentes do ensino superior, profissionais da advocacia, membros das carreiras policiais, magistratura, ministério público, defensoria pública e servidores estaduais e federais que atuam na esfera penal.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Penal Econômico e Empresarial tem duração de seis (6) a dezoito (18) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direito Penal Econômico	25 h
02	Segurança Cibernética – Histórico, Desconfusão Conceitual, Definições e Natureza Jurídica	35 h
03	Blockchain, Criptomoedas e Contratos Inteligentes	15 h
04	Compliance Anticorrupção e os Reflexos no Âmbito Criminal	35 h
05	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	35 h
06	Direito Premial (Acordos de não Persecução, Delação e Colaboração Premiada)	75 h
07	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	35 h
08	Investigação Interna no Âmbito Corporativo	20 h
09	Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos	20 h
10	Crimes Empresariais	30 h
11	Crimes Virtuais II	20 h
12	Precedentes Penais Econômicos e Empresariais	15 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40h/a
TOTAL DO CURSO		400h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO PENAL ECONÔMICO	Ordem econômica. Características da criminalidade econômica. Direito Penal Clássico e Direito Penal Econômico. Direito Penal Econômico na sociedade de risco. Custos sociais da criminalidade econômica. Garantismo penal e criminalização econômica. Direitos transindividuais. Grandes empreendimentos empresariais e os crimes ambientais. A imputação de responsabilidade penal na empresa. A posição do <i>compliance officer</i> .
SEGURANÇA CIBERNÉTICA – HISTÓRICO, DESCONFUSÃO CONCEITUAL, DEFINIÇÕES E NATUREZA JURÍDICA	Conceito jurídico de cibersegurança. Conceitos básicos: confidencialidade, integridade, disponibilidade, garantia, autenticidade e anonimato. Princípios de segurança. Conceitos criptográficos: encriptação, assinaturas digitais, funções <i>hash</i> criptográficas e certificados digitais. Programas maliciosos (<i>malware</i>). Natureza jurídica da cibersegurança. Normativos, acordos e tratados internacionais sobre cibersegurança. A cibersegurança e as suas vertentes. A cibersegurança como uma questão transnacional e os dilemas da soberania.
BLOCKCHAIN, CRIPTOMOEDAS E CONTRATOS INTELIGENTES	Análises conceituais da tecnologia <i>blockchain</i> e das criptomoedas. Oferta inicial de moedas, sistema bancário, meios de pagamento pela internet, regulação, <i>big data</i> , <i>smart contracts</i> . Aplicações baseadas em <i>blockchain</i> . Contratos inteligentes (<i>smart contracts</i>). NFT. Questões tributárias. Questões criminais.
COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO E OS REFLEXOS NO ÂMBITO CRIMINAL	Histórico, conceitos e elementos do <i>compliance</i> . Áreas de abrangência. Códigos de conduta, comunicação. Avaliação de riscos, investigações internas, <i>due diligence</i> , monitoramento e auditoria. Atuação do advogado no <i>compliance</i> . Desenvolver habilidades em governança, risco e <i>compliance</i> (GRC), de maneira transversal e interdisciplinar.

TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO	Conceito, sentido e distinções de prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.
DIREITO PREMIAL (ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO, DELAÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA)	Conceito e origem do Direito Premial. Direito Comparado. Acordos de não persecução criminal, delação e colaboração premiada (histórico, natureza jurídica, capacidade postulatória, requisitos, contrapartidas, direitos e deveres do colaborador, direitos e deveres de quem postula). Negociação. Teoria dos jogos. Princípios. Regras de corroboração. Parâmetros e alcance da negociação. Encontro fortuito de provas. Teoria do juiz aparente. Compartilhamento de elementos. Competência e prerrogativa de foro. Homologação judicial. Descumprimento do acordo e seus efeitos. Acordos de leniência. <i>Plea bargain</i>. Estudo de casos. Jurisprudência.
MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA	Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas cautelares e prisão processual: visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade <i>versus</i> direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. Soltura: institutos restabelecadores do <i>status libertatis</i> no curso das persecuções penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão domiciliar e <i>habeas corpus</i> coletivo.
INVESTIGAÇÃO INTERNA NO ÂMBITO CORPORATIVO	Considerações iniciais sobre investigação interna. Canais de denúncias. Fontes de apuração. Análise de eventos. Tipificação de fraudes. Prevenção à lavagem de dinheiro (<i>red flags</i>). Coleta de evidências. Cadeia de custódia de dados. Compilação e cruzamento de dados. Legislações aplicáveis a investigação interna no âmbito corporativo. Lei Anticorrupção Empresarial (Lei n. 12.846/2013). Casos emblemáticos. Jurisprudência aplicável.

LAVAGEM DE DINHEIRO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	Origem e conceito da lavagem de dinheiro. Recursos lícitos e ilícitos no âmbito empresarial. Lavagem de dinheiro e organização criminosa. Formas de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. Investigação criminal da lavagem de dinheiro. Formas probatórias do crime de lavagem de dinheiro. Atuação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Cooperação internacional. Recuperação de ativos. Jurisprudência aplicável.
CRIMES EMPRESARIAIS	Crimes contra a ordem tributária. Crimes de sonegação fiscal. Crimes contra o sistema financeiro. Crimes contra a economia popular. Crimes contra a relação de consumo. Crimes contra o mercado de capitais. Crimes de contrabando e descaminho. Crimes falimentares. Crime de concorrência desleal. Crimes ambientais. Crimes licitatórios. Crimes contra a propriedade intelectual. Crimes contra a propriedade industrial. Jurisprudência aplicável.
CRIMES VIRTUAIS II	Gestão de segurança da informação. Análise e avaliação de riscos da informação. Cibersegurança, proteção de dados e segurança da informação. Direito Penal Cibernético (autoria, materialidade, tipicidade e local do crime). Crimes de informática. Crimes eletrônicos. Crimes sexuais virtuais. Investigação e provas no ambiente cibernético. Elaboração de laudos periciais. Estudo de casos.
PRECEDENTES PENAIS ECONÔMICOS E EMPRESARIAIS	Conceito de jurisprudência. Sistema de precedentes. Precedentes vinculantes no processo penal. Principais julgados sobre os crimes contra a ordem tributária. Principais julgados sobre os crimes de sonegação fiscal. Principais julgados sobre os crimes contra o sistema financeiro. Principais julgados sobre os crimes contra a economia popular. Principais julgados sobre os crimes contra o mercado de capitais. Principais julgados sobre os crimes falimentares.

FAQ DO CURSO

O curso de pós-graduação em Direito Penal Econômico e Empresarial é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de pós-graduação em Direito Penal Econômico e Empresarial é um curso *lato sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de pós-graduação em Direito Penal Econômico e Empresarial é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria Acadêmica Virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A pós-graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua pós-graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

